

Economia Solidária sob a ótica ampliada da Autogestão

Priscila Terezinha Aparecida Machado¹ e Jéssica Pereira de Mello²

¹ Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), MBA em Gestão de Negócios pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UNOPAR, Especialista em Gestão Contemporânea de Recursos Humanos pela Universidade Estadual de Londrina-UEL, Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Norte do Paraná-UENP/FAFICOP, Brasil. E-mail: priscilamch@hotmail.com

² Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Especialista em Gestão Contemporânea de Recursos Humanos pela Universidade Estadual de Londrina-UEL. Graduada em Psicologia (UEL), Brasil. E-mail: jessicamello907@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão teórica e metodológica sobre o delineamento do trabalho na Economia Solidária que surge como resultado das contradições do modo de produção capitalista, tanto das desigualdades sociais, como das relações desumanizadas e da insustentabilidade ambiental, buscando fortalecer e ampliar princípios como a autogestão. Quanto aos procedimentos metodológicos apresenta-se como estudo teórico-metodológico, com uma abordagem qualitativa. Por fim as considerações finais vêm propor uma ampliação da autogestão trazendo a Economia Solidária como mais uma alternativa para o indivíduo em busca da sua emancipação, e que a autogestão não se torne utopia e sim real, ultrapassando as barreiras econômicas, sociais e políticas.

Palavras-Chave: Trabalho; Economia Solidária; Autogestão.

Solidarity economy from the perspective of extended self-management

ABSTRACT: This article aims to present a theoretical and methodological reflection on the design of work in Solidarity Economy arising as a result of the contradictions of the capitalist mode of production, both in social inequalities, as the dehumanized relationships and environmental unsustainability, seeking to strengthen and expand principles as self-management. As for the methodological procedures is presented as theoretical and methodological study, with a qualitative approach. Finally the final considerations come to propose an extension of self-management bringing the Solidarity Economy as an alternative to the individual in search of emancipation, and that self-management does not become utopia but real, overcoming economic barriers, social and political.

Keywords: Work; Solidarity Economy; Self-management.

1 INTRODUÇÃO

Diante de um sistema capitalista dominante e as contradições geradas

por ele como desigualdade social, relações precarizadas, e impactos ambientais, a sociedade vem buscando alternativas que amenizem o processo de

exclusão social, pois as que são descendentes do sistema tradicional prevalecem com configurações de trabalhos com subcontratações e precarização dos postos de trabalhos, gerando formas de trabalho com empregos precários.

Dentre as alternativas a esse sistema capitalista hegemônico, Souza Santos e Rodríguez (2003) propõem alternativas diversificadas, tais como as cooperativas de produção, englobando as cooperativas, produções solidárias, o associativismo e o socialismo; as economias populares e o desenvolvimento alternativo na periferia e semiperiferia, incluindo os movimentos sociais, organização não governamental (ONG'S), programas de apoio, movimentos ecologistas, feministas, de sem terra, bancos comunitários entre outros. Alternativas essas que primam pela neutralização de modelos perfeitos, e prezam pela convivência entre múltiplas e variadas alternativas, abrindo espaço para a experimentação e para o confronto de ideias, em que as melhores se reproduzirão, evitando assim a monopolização.

Neste artigo será abordado a Economia Solidária (ES) por ser uma das alternativas que vem ganhando destaque, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que iniciou suas atividades em 2003 através de fomentando aos empreendimentos econômicos solidários (EES), ela por sua vez possui valores distintos do modelo tradicional das empresas capitalistas, destacando-se: autogestão, democracia, fraternidade, igualdade e solida-

riedade, gerando a necessidade de políticas e empreendimentos solidários que alcance a autogestão e a emancipação. Entretanto pode-se dizer que ao mesmo tempo em que a ES se apresenta como uma alternativa as contradições capitalistas, os seus gargalos também são reais, dentre eles destaca-se autogestão.

Esta pesquisa se justifica pelos novos modelos alternativos, como a geração de emprego e renda por meio do investimento em economia solidária. Neste sentido esta pesquisa pretende trazer uma reflexão quanto à autogestão desempenhada na ES relacionando-a com as relações de trabalho, assim buscará responder a seguinte questão: Como se configura o delineamento da Economia Solidária na perspectiva da autogestão?

Para responder tal questão de pesquisa descreverá brevemente a trajetória histórica do Trabalho e posteriormente apresentará aspectos conceituais da Economia Solidária, bem como da Autogestão na ES. Para tanto se divide em quatro seções: a primeira delas é a presente introdução; na segunda apresenta-se o percurso metodológico utilizado no estudo; na terceira descreve a fundamentação teórica com base nos objetivos traçados, e, por fim, as considerações finais desta pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho caracteriza-se por ser do cunho qualitativo numa perspectiva teórico-metodológico, sendo que este tipo de pesquisa enquadra-se como

qualitativa, dado que a elaboração e condução deste estudo se relaciona a abordagem adotada por Goldenberg (2007, p. 14) que entende que “Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória”.

Assim a estratégia utilizada está voltada para uma perspectiva teórica, pois se trata de embasar o problema de pesquisa em um corpo de conhecimentos. “Isto implica analisar e expor os elementos teóricos gerais e particulares que se entende serem pertinentes para orientar o processo de pesquisa” (SORIANO, 2004, p. 61). Meneghetti (2011, p. 326) complementa dizendo que esse tipo de pesquisa “não requer a comprovação empírica, mesmo que ela possa apresentar-se como elemento de confirmação de pressupostos. Este é reflexo permanente, em que a centralidade da sua força está menos na evidência empírica e mais nos atributos da razão que pensa a realidade”.

Ainda o estudo fará uso também da pesquisa bibliográfica, “praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica” (GIL, 2010, p. 29). A partir disso buscou-se relacionar artigos, dissertações e livros, para compor uma reflexão teórica que leve a discussão plausível sobre o assunto pesquisado.

3 DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

3.1 A mutação do trabalho

A evolução histórica da organização e da gestão do processo de trabalho no sistema de capital expõe que as trajetórias da resistência operária bem como as estratégias de gestão, as técnicas de produção, entre outros fatores, foram sendo alterados no decorrer do tempo histórico resultantes de conflitos e posições de classes (FARIA, 2009).

Cherques-Thiry (2007) destaca sobre a questão da mutabilidade do trabalho, e traz que o trabalho encerra uma determinação, uma vontade, e exige uma atenção, uma dedicação que marca a sua racionalidade. O autor destaca que na idade medieval, quem trabalhava eram as pessoas mais simples, pois trabalhar era considerado vergonhoso, objeto de escravo, era visto como tortura, em que advinha da raiz da pobreza. Com o passar do tempo, com a questão cultural o trabalho passou a ser a dignificação do homem.

De acordo com Faria (2009) as relações de trabalho têm sua posição histórica pela expansão européia, ocorreu um processo de globalização, segundo a mesma trajetória do Império Romano. O salto qualitativo vai do artesanato à manufatura, na fase artesanal o mestre trabalhava na oficina, juntamente com seus oficiais e aprendizes, não havendo divisão de trabalho, uma peça era fabricada uma por vez, possuindo um mercado quase sempre por encomenda, impedindo a expansão da produção. Já na fase de manufatura,

havia divisão de atividades produtivas dentro da oficina, e a responsabilidade em relação à fabricação de peças era fragmentada, surgindo então o papel do empresário, que possuía capital para adquirir matéria-prima e um grande número de operário assalariados, e os artesãos por sua vez, passaram a depender do empresário.

Seguindo adiante no final do séc. XVIII com a Revolução Industrial na Inglaterra, Faia (2009) destaca que foram adotadas inovações tecnológicas voltadas à organização das fábricas e do trabalho produtivo, ocorrendo profundas transformações na Inglaterra no setor agrário, fazendo com que as pessoas emigrassem para a periferia deixando o campo, aumentando a oferta de mão-de-obra. Ainda a denominação de fábrica veio a partir dos eventos que começaram a se organizar, e nas fábricas eram instaladas novas máquinas que multiplicavam a produtividade. Trazendo uma nova concepção de trabalho que vem com uma série de mudanças que advêm com o surgimento da sociedade urbana, rompendo com a atividade rural, e entrando na era industrial.

Rosângela Barbosa (2007) por sua vez retrata a redução de postos de trabalhos devido à modernização tecnológica, ocorrendo uma forte desestruturação do mercado de trabalho ocasionando a precarização do emprego com elevadas taxas de desemprego.

Com isso situações precárias no ambiente do trabalho eram constantes, Faria (2009) descreve que havia uma exigência por parte dos empregadores

adotando critérios como baixa remuneração, jornadas exaustivas de 15 horas, muitas vezes os empregados não tinham permissão para beber água, seus intervalos eram de 30 minutos, e trabalhavam em meio a uma temperatura de 30 graus e ainda o trabalho de mulheres, jovens e crianças era comum, em 1835 um percentual de 72% da mão-de-obra era composto por eles. Neste mesmo sentido Singer (2002, p. 24) descreve essa cena "A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar".

De acordo com Faria (2009), as primeiras manifestações por parte dos operários de protesto e de violência começaram a surgir, aliados aos sindicatos e partidos políticos, trazendo mudanças nas relações de trabalho. No final do século XIX e no XX surgem na Europa, e nos EUA as figuras do chefe e do gerente, surgindo novas maneiras de realizar o trabalho, através das tecnologias de gestão. O taylorismo passou a revolucionar a gestão e a organização do processo de trabalho surgindo como estratégia de controle de organização do trabalho, pois com o seu surgimento não seria necessário um trabalhador qualificado, mas sim, disciplinado e obediente, sendo adequado um administrador monocrático. Depois

veio Fayol com as funções gerenciais, posteriormente o surgimento das Escolas de Relações Humanas de Elton Mayo, sendo que estes buscavam evitar conflitos e o equilíbrio ou um estado de colaboração de saúde social.

No Brasil especificamente, os primeiros indícios de participação ocorreram entre 1945-1947, com o movimento sindical e operário, o golpe do Estado de 1964 reprimiu os movimentos operários, mas em 1968 surgiram às greves nos municípios de Contagem e Osasco, passando a luta a ser interna nas fábricas, através de estratégias, como tranco de máquinas, operação-tartaruga, amarração da produção, pode-se dizer que as décadas de 1970 foram difíceis para o movimento operário, pois o favorecimento ficava por conta do patronato, entretanto em 1978 no ABC Paulista eclodiu as comissões de fábricas, merecendo novas reflexões (FARIA, 2009).

Destaca-se que na sociedade brasileira a inserção da Constituição Federal (CF) de 1988, que possibilitou um sistema de proteção e participação social considerada uma grande conquista aos trabalhadores possibilitando respeitar o salário mínimo, a jornada legal de trabalho, o descanso semanal e anual [férias] e todos demais direitos preconizados nesta CF de 1988.

A CF é o marco central para analisar a evolução recente da proteção social no Brasil. Instituiu novas regras para os benefícios vinculados à previdência social, criando benefícios no âmbito da assistência social e assegurando a sua integração sob o

princípio da seguridade social. (CAMPOS; AMORIM; GARCIA, 2008, p. 229).

Sendo que o Brasil é um dos poucos países no mundo que possuem uma justiça específica do trabalhador, o que por vezes encarece o custo desta mão de obra é então que algumas organizações no intuito de se tornarem mais “competitivas” no mercado acabam por querer burlar esse sistema. Para Barbosa (2007) em pleno séc. XXI não são todos que respeitam essa constituição, ocorrendo o que chama de precarização do emprego, que consiste na oposição ao emprego assalariado formalmente contratado protegido por lei ou negociações coletivas, pois submete ao trabalhador a “condições de vida arriscadas, à cruel dominância da concorrência do mercado, sem ações coletivas de enfrentamento, sem segurança de cobertura social no futuro ou no momento em que não mais puder dispor da força de trabalho” (BARBOSA, 2007, p. 40). Essa precarização traz a tona o desemprego e seus subterfúgios através do mercado informal, terceirizações, representações comerciais e a tendência de diminuição constante da estabilidade no emprego.

Percebem-se mundialmente essas alterações das relações de trabalho no decorrer do tempo de cada fase histórica passando pela cooperação simples (séc. XV capitalismo mercantil); manufatura (séc. XVI entre 1550 e 1750); grande indústria (séc. XVIII entre 1830 e 1880); organização científica do trabalho (séc. XX entre 1910 e 1950) e produção flexível enxuta (séc. XX após

1970). Paralelo a isso, as formas de organização operária também sofreram alterações, antes com o cartismo e quebra de máquinas, até aos sindicatos e aos partidos políticos (FARIA, 2009). Dentre essas alterações destacam-se o cooperativismo, prevalecendo à organização dos trabalhadores no local de trabalho em 1844 com 28 artesãos em Rochdale; a Comuna em Paris em 1905 com surgimento do soviete (conselho) na Rússia, e na Itália na época 1905-1906 a comissão interna de fábrica (SINGER, 2002; FARIA, 2009).

No decorrer da história foi se exigindo um trabalhador cada vez mais qualificado, a fim de apresentar resultados mais eficazes e garantir uma maior produtividade as organizações. De acordo com Chanlat (1991, p. 24) “A obsessão pela eficácia, pelo desempenho, pela produtividade, pelo rendimento em curto prazo que encontramos até hoje nas nossas organizações e na sociedade levou a maioria dos pesquisadores a concentrar seus interesses nestas questões e a reduzir seus esforços a simples técnicas de controle”.

E com a introdução dos equipamentos e das ferramentas de base microeletrônica no processo de trabalho, restou aos trabalhadores o saber instrumental, é aquele em que o trabalhador precisa saber das condições de operar os novos instrumentos, máquinas e ferramentas e ficando mais desqualificado no saber do ofício. Neste sentido o trabalhador não usa a máquina, mas é usado por ela, pois são as máquinas quem determinam a forma de realizar

a operação, os movimentos e, o ritmo, o trabalhador coisificado segue apenas as regras impostas pela máquina (FARIA, 2009).

Com isso o homem passa a usar a razão instrumental, adaptando-se a mudanças e sendo manipulado e as demais dimensões acabam por se tornar esquecidas durante o processo de produção, tornando-o apenas mais uma peça da máquina. Por isso para o autor “Reunir o que estava até agora separado, colocar em evidência as dimensões esquecidas, reafirmar o papel do indivíduo, da experiência, do simbólico nas organizações e ao mesmo restituir-las ao seu quadro sócio histórico, é a ambição desta antropologia das organizações que procuramos construir” (CHANLAT, 1991, p. 45).

Cherques-Thiry (2007) expõe que o escravo romano era preso por grilhões e o trabalhador assalariado por sua vez está preso a seu proprietário por fios invisíveis, ele apenas possui uma ilusão de sua independência, induzindo na imensa maioria dos casos, os trabalhadores, são levados a crer que participam das decisões, mas estão, na verdade, sendo meros participantes manipulados. Mediante a essa situação as pessoas não buscam oferecer mais lealdade às organizações, Chanlat (1991) afirma que na sociedade predomina o pensamento em curto prazo e que essa sociedade individualista não se preocupou em transformar o trabalho em um meio de vida, pois a única preocupação ficou atrelada ao lucro.

Para Mansano (2009) devido a novas classes profissionais, o saber instru-

mental baseado na produção material se figura em segundo plano, emergindo novos modelos de subjetivação entre os trabalhadores, através de relações com o trabalho, produzindo o chamado “trabalho imaterial”, que tem como base a impalpabilidade, possuindo maior flexibilidade, tempo diferenciado, baseado em conhecimento, informações, imagens e afeto, causando maior risco de sofrimento com metas, cooperação, competição e debate, possuindo assim dificuldade em descrever este tipo de trabalho. “A noção de trabalho imaterial envolve a complexidade de um humano profundamente transformado pela aquisição de conhecimento e pela interação com o meio social, também ele transformado, que tem a sua disposição equipamentos de alta tecnologia, tornados impenáveis em algumas áreas profissionais” (MANSANO, 2009, p. 513).

Barbosa (2007, p. 47) também corrobora dessa ideia, dizendo que estamos diante de processos sociais que fomentam formas diferenciadas e mais complexas do trabalho “É isso que se dá com a maior intercessão entre o trabalho material e imaterial no campo da subordinação à produção de mercadorias e de capital, quando o trabalho intelectual também assume a forma abstrata por ser tomado pelo capital como mercadoria”.

Conforme afirma o autor o trabalho tornou-se um lugar propício ao sofrimento, violência física e psicológica, atingido todos os escalões, e na maioria das vezes o trabalhador é visto apenas como um recurso nas organizações

(CHANLAT, 1991). Sendo assim percebe-se que as regras são determinadas pelo mercado, necessitando de “corpos dóceis” e causando doenças físicas e psíquicas ao trabalhador.

A fragmentação de tarefas advinda da divisão do trabalho acaba por distanciar o homem do produto do seu trabalho, e o homem não se vê mais no resultado da sua produção. Privando-se do produto do seu esforço, deixando o trabalho de ser o fim e se tornando um meio. O produto do trabalho se tornou ainda mais estranho ao trabalhador. (CHERQUES-THIRY, 2007).

Neste processo o homem torna-se um instrumento, uma mercadoria, em que a relação dos homens entre si não é uma relação entre semelhantes, mas uma relação de servo com mestre, de explorado com explorador, de forma que na maioria das vezes o trabalho busca a fragmentação, exploração e alienação do trabalhador.

Por isso diante deste sistema tradicional capitalista que impera através de suas contradições por meio das desigualdades sociais, empobrecimento da sociabilidade e insustentabilidade ambiental (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003), o homem em sua relação de trabalho torna-se explorado e alienado, sendo assim foram-se criando modelos alternativos que buscavam superar este modelo reducionista, dentre os diversos modelos, a Economia Solidária se destaca por compartilhar de princípios como solidariedade, cooperação e autogestão, por isso a seguir será feita uma discussão sobre este modelo.

3.2 Reinventando o trabalho a partir da Economia Solidária

Diante do contexto da precarização do trabalho o desemprego torna-se uma peça chave do processo de exploração, reestruturando o mercado para novas formas de relações de trabalhos baseados tanto na informalidade como no incentivo aos empregos autônomos, empreendedorismo e o estímulo à geração de emprego e renda, necessitando de uma nova ressignificação do trabalho.

De acordo com Barbosa (2007) essa ressignificação ocorreu através das mudanças nas relações de trabalho por meio da ação decisiva do Estado, tendo o cooperativismo como um dos seus enfoques. Surgindo o chamado “novo cooperativismo” que busca resgatar a experiência *mater* para tratar de estruturas mais igualitárias e participativas da unidade econômica, compatibilizando de necessidades sociais contemporâneas sustentáveis, multicultural e solidária, e serviu de base para o modelo de funcionamento que se apoia a Economia Solidária.

O modelo de Economia Solidária (ES) ganha força com a percepção pública das distorções do mundo contemporâneo, do processo de insustentabilidade em que a sociedade se encontra, além da tendência em querer-se reduzir o sentido maior da existência ao ato do consumo e ao individualismo extremo. O início da ES se deu após o capitalismo industrial no séc. XVIII, e surgiu devido à exploração do trabalho nas fábricas, em que os empregados eram

visivelmente debilitados, algumas indústrias começaram a propor leis de proteção ao trabalhador, e foi assim que Robert Owen britânico, proprietário de uma indústria têxtil começou a inserir algumas iniciativas como limitar a jornada de trabalho e proibir que crianças trabalhassem com isso lhe rendeu uma maior produtividade junto aos seus trabalhadores. Os empregados por sua vez, como forma de oposição a exploração começaram a montar cooperativas para comercializarem seus produtos, atualmente embora as cooperativas não seja a única expressão do movimento solidário, a cooperativa é, provavelmente, a iniciativa mais conhecida (SINGER, 2002).

Neste contexto o cooperativismo surge como uma fonte de inspiração para a ES, mas nem toda cooperativa pode ser considerada um empreendimento solidário, pois muitas hoje funcionam como empresas de capital, tanto quanto os registros oficiais, não permitem discriminar a índole das práticas cooperativas, tampouco o seu caráter democrático e solidário (GAIGER, 2013).

De acordo com Singer (2002) ES pode ser definida como um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental. Dentro dessa perspectiva para a Senaes (2004) a ES consiste em um

conjunto de atividades econômicas, de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados sob a forma de autogestão. Neste mesmo sentido Gaiger (2003) aponta como características centrais da Economia Solidária a autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação desenvolvimento humano e responsabilidade social.

No Brasil o principal marco do processo de políticas públicas de Economia Solidária (PPES) ocorreu em 2003 quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia no Fórum Social Mundial (FSM) o compromisso de criar a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) sob a direção de Paul Singer com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção de um novo modelo de desenvolvimento mais justo e solidário. A Senaes surgiu com objetivo de fomentar a ES no Brasil e desenvolver políticas de geração de trabalho e renda, tendo como escopo beneficiar trabalhadores majoritariamente marginalizados do mercado de trabalho formal, além de apoiar iniciativas autogestionárias e agências e fóruns de desenvolvimento e fomento solidários (SENAES, 2012).

O crescimento da ES no país se faz presente por meio de levantamentos das informações do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) em 2007 foi divulgado o primeiro levantamento contendo uma base de informações de 21.859 (SENAES, 2012).

Dando sequência em 2013 foi divulgada a segunda rodada de mapeamento com 19.708 empreendimentos de economia solidária (SENAES, 2014a).

Em meio a esse crescimento dos EES e das peculiaridades da ES, a autora Amorim (2010) faz uma observação que os princípios delineados na ES, em algumas vezes não são cumpridos conforme o estabelecido e destaca a questão da autogestão que acaba por se tornar negligenciada, tornando a efetivação dela praticamente remota ou nula em meio a esta sociedade capitalista. Sendo assim a seguir será tratado sobre a Autogestão na ES.

3.3 Reflexão da Autogestão na Economia Solidária sob uma ótica ampliada

Diversos conceitos recaem sobre a autogestão, uma palavra que no sentido etimológico quer dizer “gestão de si mesmo”, mesmo o termo sendo incipiente costuma-se relacioná-lo exclusivamente como um dos modos de gestão, ou então a pequenas participações em assembleias ou reuniões, a sua não aplicação de forma ampliada e apenas restrita poderá descaracterizar o EES.

Cançado (2007) diz que este é um termo bastante conhecido pelos ativistas da ES, coloca que a autogestão é a autonomia do trabalhador sobre a gestão de seu empreendimento, no qual todos os trabalhadores estão cientes de todo o processo do trabalho, que é realizado de forma transparente, podendo tomar decisões conscientes. Seria “um modo de organização do

trabalho, onde não há separação entre a concepção (trabalho intelectual) e execução (trabalho manual). Os meios de produção são coletivos, caracterizando-se ainda pela presença de um processo de educação em constante construção na organização" (CANÇADO, 2007, p.86).

Faria (2009) por sua vez retrata que a autogestão deve ter um significado que envolva uma transformação completa da sociedade em todas as esferas (econômico, político e social), está relacionado não apenas a forma de administrar, reconhecendo assim à necessidade de um planejamento, de um projeto social.

Essa visão se amplia à medida que Albuquerque (2003, p. 20-21) descreve que a autogestão não se trata simplesmente de uma modalidade de gestão. Ela possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico) e refere-se a uma forma de organização da ação coletiva. A autogestão tem uma dimensão social, pois "[...] deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem". Seu caráter econômico se deve às relações sociais de produção, que dão mais valor ao fator trabalho do que ao capital. Seu aspecto político baseia-se em sistemas de representação com valores, princípios e práticas favoráveis e criadoras de condições "[...] para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e de decidir), de

forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização." Quanto ao aspecto técnico, ele permite pensar numa outra forma de organização e de divisão do trabalho.

A partir desse contexto, destaca-se que a autogestão é um princípio da economia solidária, sendo característica central para que os empreendimentos solidários propriamente ditos se configurem enquanto tal, mas essa prática é incontestante entre as entidades de apoios, as quais são, em boa parte, caracterizadas pela ausência de organização administrativa democrática.

Como já apontavam Lechat e Barcelos (2008) a autogestão é um tema complexo dentro da ES, o que ocorre é que muitos projetos são solidários, cooperativos, mas não chegam a ser autogestionários. Destaca que as relações de trabalho autogestionárias se apresentam como opostas "as relações capitalistas de assalariamento, exploração dos trabalhadores, separação entre gestão e execução, entre trabalho intelectual e trabalho manual. A autogestão se opõe a práticas paternalistas, assistencialistas e clientelistas, bem como evita a corrupção dos dirigentes. A autogestão é associada a uma nova concepção de democracia participativa e de exercício efetivo da cidadania" (LECHAT; BARCELOS, 2008, p. 99).

Mas na prática a realidade é diferente, autores como Pochmann (2004), Eid (2007), Borinelli *et al* (2012), Alcântara (2014) destacam que a ES acaba-se por

não priorizar um dos pressupostos que é a autogestão, descaracterizando e se confundindo com programas de transferência de renda ou de terapia ocupacional voltado ao assistencialismo, à proposta deveria ser de promover ações emancipatórias do fomento e apoio aos empreendimentos econômicos solidários (EES), mas o que se observa é a dependência ao poder público municipal, havendo a necessidade de políticas de empreendimentos solidários que alcance a autogestão e a emancipação.

Por outro lado segundo Faria (2014), os EES surgem como forma de enfrentamento às contradições do sistema capitalista, tais como o desemprego e a distribuição de renda, mas não constitui de uma ruptura com o modo de produção capitalista, com isso não pode ser considerado como um novo modo de produção contradizendo a autogestão, esses EES possuem características autogestionárias, mas a autogestão plena isso infelizmente não se aplica a ES. Faria (2014) ainda aponta que os EES continuam submersos a uma lógica do capital, e que é preciso se atentar quanto à proteção aos efeitos predatórios do mercado para não cair em políticas assistencialistas e criar uma dependência irreversível. E defende que os empreendimentos solidários chamados de autogestionários se constituem na verdade em organizações coletivistas de produção associada, possuindo características autogestionárias, mas que na verdade não se constituem em uma autogestão, contradizendo, por exemplo, as ideias Sin-

ger, que aborda os empreendimentos como um modo de produção oposicionista ao sistema capitalista, e que por sua vez, estes seriam autogestionários (FARIA, 2014).

Essa discussão da autogestão relacionada a práticas assistencialistas é evidenciada através do resultado do segundo mapeamento da SIES em 2013, quando apresenta sobre as principais conquistas dos EES, um dos indicadores que mais se destacam a nível nacional é a autogestão e o exercício da democracia com 48,97%, o interessante é que deste montante 37,44% corresponde à região Nordeste, ficando posteriormente a região Sudeste com 19,73% e as demais regiões com percentuais inferiores a esse (SENAES, 2014b). Em contrapartida no Brasil cerca de 14 milhões de famílias tem a renda complementada pelo Bolsa Família (BF), um programa do governo Federal que visa contribuir para o combate à pobreza, na região Nordeste esse percentual corresponde a 50,75% e no Sudeste 24,88% (MDS, 2015), com esses percentuais elevados do BF, percebe-se uma discrepância pois o Nordeste por exemplo foi à região que auferiu como conquista o maior índice de autogestão e mesmo assim continua com índices elevados de suporte de programa sociais, estes por sua vez com características assistencialistas. Ficando a dúvida de como esses empreendimentos enxergam a autogestão, pois conforme já explanado muitas vezes ele é visto apenas como uma forma gerencial, não envolvendo esfe-

ras como social, econômico, político e técnico.

Acrescentando Barbosa (2007) traz uma reflexão sobre a autogestão que passa a ser visto pelos seus membros como um mero ato de formalidade cumprindo as determinações institucionais de eleições e assembleias. “O processo de autogestão exige um trabalhador subjetivamente menos subserviente ou autoritário para que saiba lidar com a crítica, a partilha de poder, a escuta, o debate coletivo e a negociação” e complementa dizendo que “a principal estratégia nesses processos autogestionários é a de refazer valores de submissão e incentivar a solidariedade e capacidade intelectual do coletivo gestor” (BARBOSA, 2007, p. 35). Por isso não é porque o membro do empreendimento faz parte desse formalismo de gerenciamento participativo que ele desenvolve a autogestão, é preciso deixar essa cultura taylorista da relação de patrão-empregado e adaptar-se a nova realidade.

Por isso a dificuldades do desenvolvimento de processos autogestionários Lechat e Barcelos (2008, p. 100) apontam que “não basta querer implantar a autogestão, ainda é preciso criar as condições para sua efetivação. [...] Aprende-se o que é autogestão, praticando-a. É um processo que exige vigilância”.

Por outro lado Borges *et al* (2013) trazem em sua pesquisa empírica um modelo de uma organização Cooperativista de Trabalhadores de Recicladores no município de Esteio/RS, evidenciando em diversos momentos aspec-

tos da autogestão, através da participação do trabalho coletivo e da condução de divisão de tarefas, de decisões mesmo na ausência no líder, em que todos os membros da cooperativa efetivamente aplicam a autogestão em seu dia-a-dia.

Percebe-se que existem sim empreendimentos que aplicam tal prática, mas na maioria das vezes a autogestão é negligenciada pelo grupo descaracterizando a ES. Por fim será apresentado as considerações finais que tecem esse estudo, a fim de elucidar o leitor os principais pontos discutidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do panorama apresentado neste estudo a respeito do problema central do trabalho, que se refere à configuração do delineamento do trabalho dentro da Economia Solidária na perspectiva da autogestão, verifica-se que as relações de trabalho no decorrer do tempo e da história sofreram mudanças, e em oposição ao sistema capitalista dominante, alternativas múltiplas foram surgindo, e a Economia Solidária é uma delas, que propõe relações de trabalhos com base em princípios solidários, coletivos e autogestionários. Procurou-se discutir neste artigo a ampliação da autogestão não apenas como uma nova forma de administração, mas com uma vertente que considera a figura do trabalhador neste contexto do trabalho com um caráter multidimensional abrangendo o social, o econômico, o político e o técnico.

Verifica-se ainda no sistema capitalista atual há predominância da racionalidade instrumental, em que o indivíduo é orientado a utilização de máquinas, perdendo sua autonomia e ficando alienado ao trabalho. A visão de trabalho que foi sendo alterada no decorrer do tempo, antes visto como um sentido de pobreza, de vergonha, seria destinado apenas aos escravos. Posteriormente a esta visão, o trabalhador, acaba por se tornar uma peça da máquina, tornando-se um observador do resultado, mas não tendo acesso ao produto final.

Mediante a situação de subordinação do empregado, a Economia Solidária se apresenta como uma das inúmeras alternativas, diante disso verifica-se o crescimento dos EES através dos números quantitativos, sendo que alguns surgem não apenas pelo interstício do capitalismo, mas pela vontade de se emanciparem de um sistema capitalista e usam o princípio da autogestão a seu favor. Entretanto embora a ES proponha uma reinvenção do trabalho, falha ao não tratar a autogestão como elemento primordial, neste sentido, a autogestão poderia ocupar um lugar essencial nos empreendimentos solidários e não um lugar a margem e sem importância, mas sim trazer um novo modo de se relacionar, por isso a dificuldade de exercer efetivamente a autogestão é um dos grandes desafios colocados para os empreendimentos.

Sugere-se em futuras pesquisas, a discussão das relações sociais em empresas com características autogestórias, e também ampliar as reflexões

das políticas públicas que atuam no processo de fomento aos empreendimentos solidários, que por muitas vezes tomam a frente de diversas iniciativas inibindo assim essas características.

Dessa forma, o trabalho, nos moldes da Economia Solidária, vem propor uma mudança estrutural, provocando uma reinvenção do trabalho nas diversas relações do indivíduo nos meios sociais, se colocando como alternativa de construção, com o intuito de superar as barreiras econômicas, sociais e políticas inerentes ao contexto de sociedade atual.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Fernanda Henrique Cupertino. Políticas públicas municipais e economia solidária. **Interações** (Campo Grande), Campo Grande, v. 15, n. 1, jun. 2014.
- AMORIM, A. N. **Economia Solidária – princípios e contradições**. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- BARBOSA, R. N. C. **Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BORGES, M. L.; SCHOLZ, R. H.; SOUZA, N. A. P.; CHRISTMANN, I. . Paradigma da Autogestão na Ação dos Sujeitos Recicladores. In: III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2013, Florianópolis. **Anais** III Colóquio Internacio-

- nal de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2013. p. 1-8.
- BORINELLI, B.; GONÇALVES, D. M.; DUTRA, I. S. de.; SANTOS, L. M. L. dos; FERREIRA, T. E. da S. Avanços e limites da política pública de economia solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do programa municipal de economia solidária de Londrina – Paraná, In: **Observatório de la Economia Latinoamericana**, n. 167, 2012.
- CAMPOS, André Gambier; AMORIM, Ricardo L. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho (editores). **Brasil: o estado de uma nação** – Estado, crescimento e desenvolvimento: a eficiência do setor público no Brasil, 2007, – Brasília: IPEA, 2008. Capítulo 3 – Estado e Política Social. p. 149-243.
- CHANLAT, J. F. Por uma Antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, J. F.; CHANLAT, A. (coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. V. 1. São Paulo: Atlas, 1991.
- CHERQUES-THIRY, H. R. Revisitando Marx: Alienação, Sobretrabalho e Racionalidade nas Organizações Contemporâneas. **READ**. São Paulo, v.13, n. 1, jan/abr, 2007, p. 106-125.
- EID, F. Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? **Revista ORG & DEMO** (Marília), v. 8, n.1/2, jan.-jun./jul.-dez., p. 47-66, 2007.
- FARIA, J. H. de. Relações de Poder e de Trabalho nas organizações. In: Capítulo 2 do livro **Gestão Participativa**. Atlas, São Paulo, 2009.
- _____. **As organizações coletivistas de produção associada e a autogestão social**. 2014. Disponível em <<http://www.workerscontrol.net/pt-pt/authors/organizacoes-coletivistas-de-producao-as-sociada-e-autogestao-social>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- GAIGER, L. I. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da Abet**, Paraíba, v. 12, n. 1, p.7-24, jun. 2013. Semestral. 2013.
- GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 23-44.
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104, jun. 2008.
- MANSANO, S. R. V. Transformações da subjetividade no exercício do trabalho imaterial. **Estud. Pesqui. Psicol**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, set, 2009.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Bolsa Família complementa renda de 14 milhões de famílias em janeiro**. 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/bolsa-familia-complementa-renda-de-14-milhoes-de-familias-em-janeiro>. Acesso em 15 ago. 2015.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v.15, n.2, p.320-332, Abr. 2011.

POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites In: **Mercado de Trabalho** – conjuntura e análise. Ano 09, ago. 2004. Brasília: MTE, IPEA, 2004.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária apresenta novas ações de divulgação**. 2014a. Boletim Informativo - Edição Especial. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/Acontec e SENAES 2014 - SES e Atlas.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. **Atlas Digital da Economia Solidária**. 2014b. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

_____. **Avanços e desafios para as políticas de Economia Solidária no Governo federal – 2003/2010**. Brasília: MTE, SENAES, 2012.

_____. **Termo de Referência para o Mapeamento da Economia Solidária e Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Brasília, 2004.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

SANTOS, B. S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: B. S. Santos (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção**

não capitalista. p. 23-77. Porto: Afrontamento, 2003.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo recebido em 08 de março de 2015.

Aceito em 24 de agosto de 2015.